

Demonstrações Contábeis

acompanhadas do relatório do auditor independente referentes
ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022



Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

will 
BANK

Diretoria

- ↘ **Diretor Geral**
Felipe Felix Soares de Sousa
- ↘ **Diretor Corporativo**
Ricardo Saad Neto

Contadora

- ↘ **Liliane Vicente Bifano**
CRC 1SP-326110/O-9

Relatório da Administração 2022

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento desempenha um papel crucial dentro do conglomerado financeiro Will Bank, pois é através dela que captamos recursos junto aos nossos clientes e demais investidores para financiar as operações de crédito. À medida que o Will Bank expande sua estratégia multi-produtos de crédito, a Will Financeira S.A. ganha ainda mais importância.

O Will Bank tem investido no desenvolvimento de seus produtos para atender às demandas dos clientes. Além dos já conhecidos cartões de crédito e do uso do limite para operações como transferências, pagamentos de boletos e saques, a empresa lançou em 2022 a Antecipação do Saque-Aniversário do FGTS em seu aplicativo e agora no início de 2023 o Emprestai, nosso empréstimo pessoal.

Temos o compromisso de tornar o crédito um direito humano e a Will Financeira S.A. tem um papel fundamental nesse objetivo. A companhia está motivada e confiante em sua capacidade de desenvolver soluções financeiras acessíveis e inovadoras para os nossos clientes.

Receitas de Intermediação Financeira

As receitas de intermediação financeira são geradas principalmente por juros cobrados dos atrasos nos pagamentos das faturas de cartão de crédito de clientes, juros de parcelamentos de faturas vincendas, uso de limite do cartão de crédito para pagamento de boletos, transferências e/ou realização de saques, além de *floating*. Em termos comparáveis, nossa receita de intermediação financeira cresceu 82%, saindo de R\$713 milhões no ano de 2021 para R\$1.296 milhões em 2022. Esse crescimento esteve diretamente relacionado ao aumento da nossa base de clientes e do aumento da carteira de crédito, assim como da disponibilidade de novos produtos que potencializaram o valor transacionado em nossos cartões e, conseqüentemente, a receita por cliente. Outro fator impulsionador, decorrente do ambiente macroeconômico, foi o aumento da taxa de juros média das aplicações financeiras no período.

Despesas com Captação

Os custos de captação referem-se às despesas com juros e englobam todos os custos relacionados ao financiamento da nossa operação, principalmente despesas de atualização monetária dos CDBs e LCs pré e pós-fixados emitidos e distribuídos por corretoras parceiras. No exercício de 2022, esse custo cresceu 166% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, substancialmente por conta do aumento da taxa básica de juros, que foi em média 12,53% em 2022, cerca de 8 p.p. acima da taxa média em 2021 que foi de 4,51%.

Provisões e perdas associadas ao risco de crédito

O ano de 2022 foi desafiador para o mercado de crédito, com a inadimplência superando os patamares pré-pandêmicos. Apesar desse contexto, desenvolvemos nossa estratégia de concessão de crédito e conse-

Relatório da Administração 2022

guimos entregar uma performance superior à média do mercado, mesmo com níveis de aprovação de novos clientes recorde.

As despesas com provisões associadas ao risco de crédito alcançaram R\$174 milhões em 2022, ante R\$63 milhões em 2021, uma variação de 176%. Já as despesas com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros cresceram 98%, partindo de R\$429 milhões em 2021 para R\$849 milhões em 2022. O aumento observado na inadimplência - que vem ocorrendo em todo mercado de crédito para pessoas físicas - se deve, principalmente, ao cenário macroeconômico e ao fim do auxílio emergencial.

Resultado de Intermediação Financeira

Por conta das variações acima expostas, o resultado de intermediação financeira reduziu, passando de um valor positivo de R\$101 milhões em 2021, para um valor negativo de R\$48 milhões.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Devido ao significativo aumento nas receitas de prestação de serviços que atingiu R\$204 milhões em 2022, decorrentes da transferência de ativos entre companhias do conglomerado Will, o resultado de outras receitas/despesas operacionais sofreu uma reversão, saindo de R\$651 mil negativos em 2021 para R\$2,3 milhões negativos em 2022. Além da receita já citada, podemos destacar as despesas administrativas que totalizaram R\$136 milhões em 2022, um aumento em 292% em relação ao exercício anterior e também as despesas com pessoal que atingiram R\$24 milhões no ano, um aumento de 246% se comparada ao mesmo período do ano anterior. Esses aumentos ocorreram devido aos seguintes fatores: i) Significativo aumento do quadro de colaboradores, necessário para acompanhar o crescimento das nossas operações e expansão de linhas de negócio; ii) início da campanha nacional de branding, que impulsionou o reconhecimento da marca will bank e engajamento nas mídias da companhia; e iii) aumento das despesas de aquisição por conta do maior número de *leads* e da base de clientes.

Resultado Líquido

Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado da operação, após tributos e participações, resultou em um prejuízo líquido de R\$15 milhões no ano de 2022. Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira para manutenção dos títulos e valores mobiliários destacados em nota até os seus vencimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

São Paulo, 16 de junho de 2023.



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucrí Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, em decorrência da retificação de erro, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na norma brasileira NBC TG 23 ou pronunciamento técnico CPC 23 - “Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro”. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de junho de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Balanços Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2021	
		31/12/2022	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa		171.513	175.140
Disponibilidades	5a	1	11.241
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	171.512	163.899
Instrumentos Financeiros		1.494.569	981.473
Títulos e Valores Mobiliários	6a	386.819	372.155
Operações de Crédito	7a	1.379.565	706.917
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7d	(271.814)	(97.599)
Relações Interfinanceiras		45.534	-
Outros créditos	8	1.922.239	1.242.548
Ativos Fiscais Diferidos	14c	115.505	45.926
Imobilizado de Uso	9	13	13
Intangível	10	2.410	2.412
Depreciações e Amortizações	9/10	(2.365)	(1.761)
Total de Ativo		3.749.420	2.445.751

Passivo	Nota	31/12/2021	
		31/12/2022	Reapresentado
Depósitos e Instrumentos Financeiros		3.279.622	1.976.242
Depósitos	11a	2.538.139	1.100.558
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	11b	741.483	875.684
Obrigações por Operações Compromissadas		18.267	-
Outras Obrigações	12	90.251	95.074
Instrumento de Dívida Elegível a Capital	13	16.440	14.545
Total do Passivo		3.404.580	2.085.861
Patrimônio Líquido			
Capital Social	15	300.000	50.000
Aumento de Capital	15	-	250.000
Reservas de Lucros	15	44.840	59.890
Total do Patrimônio Líquido		344.840	359.890
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.749.420	2.445.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$, exceto o número de ações e lucro por ação)

	Nota	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado
Receitas de Intermediação Financeira		741.588	1.295.589	713.189
Receitas de Operações de Crédito	7c	708.665	1.235.752	701.515
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	13.777	24.388	5.942
Resultado de Títulos e valores mobiliários	6c	19.146	35.449	5.732
Despesas de Intermediação Financeira		(699.691)	(1.169.632)	(549.145)
Despesa de juros	11c	(191.505)	(320.511)	(120.319)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	17	(508.186)	(849.121)	(428.826)
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(107.152)	(174.213)	(62.794)
Despesas com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7e	(107.152)	(174.213)	(62.794)
Resultado de Intermediação Financeira		(62.255)	(48.256)	101.250
Outras Receitas/Despesas Operacionais		32.639	24.468	(19.994)
Receita de prestação de serviço	16a	143.301	204.020	42.502
Despesa de pessoal	16b	(15.558)	(23.917)	(9.650)
Outras Despesas administrativas	16c	(84.062)	(136.966)	(42.082)
Despesas tributárias	14b	(8.524)	(15.728)	(9.457)
Depreciação e Amortização	16c	(302)	(605)	(655)
Outras receitas e despesas operacionais	16d	(2.216)	(2.336)	(651)
Resultado antes de tributos e participações		(32.616)	(23.788)	81.256
Tributos e participações		10.552	8.739	(33.364)
IRPJ e CSLL correntes	14a	(32.123)	(60.633)	(41.149)
IRPJ e CSLL diferidos	14a	42.697	69.422	7.839
Participações Estatutárias no Lucro		(22)	(50)	(54)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício		(22.064)	(15.047)	47.893
Número de ações		300.000.000	300.000.000	300.000.000
Lucro (prejuízo) líquido por ações (em Reais)		(0,07)	(0,05)	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado
(Prejuízo) Lucro Líquido do semestre/exercício	(22.064)	(15.047)	47.893
Resultado Abrangente do semestre/exercício	(22.064)	(15.047)	47.893

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)		50.000	–	–	11.998	–	61.998
Aumento de Capital	15	–	250.000	–	–	–	250.000
Lucro Líquido do Exercício	15	–	–	–	–	47.893	47.893
Constituição de Reserva de Lucros	15	–	–	2.395	45.498	(47.893)	–
Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)		50.000	250.000	2.395	57.496	–	359.890
Mutações no exercício		–	250.000	2.395	45.498	–	297.893
Saldo em 30/06/2022		300.000	–	2.395	57.496	7.015	366.905
Prejuízo do semestre		–	–	–	–	(22.064)	(22.064)
Reversão e Constituição de Reservas de Lucros		–	–	–	(15.047)	15.047	–
Saldo em 31/12/2022		300.000	–	2.395	42.449	–	344.840
Mutações no semestre		–	–	–	(15.047)	(7.015)	(22.064)
Saldo em 31/12/2021 (Reapresentado)		50.000	250.000	2.395	57.496	–	359.890
Aumento de Capital	15	250.000	(250.000)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(15.047)	(15.047)
Reversão e Constituição de Reservas de Lucros		–	–	–	(15.047)	15.047	–
Saldo em 31/12/2022		300.000	–	2.395	42.449	–	344.840
Mutações no exercício		250.000	(250.000)	–	(15.047)	–	(15.047)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Milhares de Reais - R\$)

		2022		2021
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do semestre/exercício		(22.064)	(15.047)	47.893
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização		302	605	655
Despesa com provisão de liquidação duvidosa	7e	107.152	174.213	62.794
Teste ao valor recuperável de ativos		–	–	2.850
Resultado de IRPJ e CSLL diferidos	14a	(42.697)	(69.422)	(7.839)
Marcação a Mercado - TVM		(720)	(720)	328
Juros não realizados		173.637	277.328	113.205
Rateio de despesas		7.660	7.660	22.605
Despesa com provisão para IRPJ e CSLL - corrente	14a	32.123	60.633	41.149
Resultado Ajustado		255.393	435.250	283.641
Variação em ativos e passivos operacionais				
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6	(7.008)	(12.156)	(101.688)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	7	(240.278)	(672.646)	(388.058)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	8	(608.241)	(733.041)	(452.548)
Aumento/(Redução) em Depósitos	11a	676.751	1.203.437	748.350
Aumento/(Redução) em Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	11b	(76.914)	(134.202)	(147.677)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	12	2.489	(25.994)	(13.582)
Imposto de renda e contribuição pagos		(11.809)	(19.260)	(15.737)
Juros pagos sobre impostos		(38)	(38)	–
Juros pagos		(17.869)	(43.183)	(7.114)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		(27.525)	(1.834)	(94.413)
Fluxo de caixa de atividades de Investimentos				
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários		13.426	(1.789)	(102.878)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimentos		13.426	(1.789)	(102.878)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de Capital - em dinheiro		–	–	250.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento		–	–	250.000
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		(14.104)	(3.627)	52.708
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre/exercício		185.617	175.140	122.432
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre/exercício		171.513	171.513	175.140
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		(14.104)	(3.627)	52.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

**PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)**

1. Contexto Operacional

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), foi constituída em 01 de junho de 2015 (originalmente denominada AVISTA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, teve sua denominação alterada em 14 de dezembro de 2020), com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de praticar operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor. Sua matriz tem sede e domicílio localizados na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303 - 10º andar, conjunto 1001 C - São Paulo/SP.

Seus atos societários de constituição foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 02 de dezembro de 2015, iniciando suas atividades a partir de 06 de setembro de 2016.

A Companhia, como resultado de reorganização societária realizada no exercício de 2021 (nota 15), é controlada diretamente pela Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding"), faz parte do Conglomerado Prudencial Will Bank (ou "Grupo") que inclui o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC") e tem como controladora final a Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "IP"), anteriormente denominada Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova").

A Companhia tem como foco de atuação a concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes da Will Pagamento, aplicando seus recursos próprios e o de terceiros, captados através da emissão de Letras de Câmbio ("LC") e por Certificados e Recibos de Depósitos Bancários ("CDB" e "RDB").

A antiga PAG S.A. Meios de Pagamentos foi cindida em 10 de dezembro de 2019, originando as empresas Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova") e Avista S.A. Administradora de Cartões de Crédito ("Avista Cartões"), que representam dois negócios segregados: (i) Supernova, detentora do produto digital Pag! cujas operações começaram em 2017, permitindo aos usuários a emissão de cartões Pag! Mastercard e o acesso a conta digital onde podem realizar depósitos, fazer saques, transferências, recargas de celular e pagar títulos e convênios; e (ii) Avista Cartões, cujo financiamento de operações pela Will Financeira foi encerrado no mês de abril de 2020. Atualmente a Will Financeira detém as operações em atraso da Will Pagamento, as quais tornam-se crédito rotativo, operações de crédito.

Plano da Administração para aumento de liquidez da Companhia e do Grupo Will

Em linha com a atual estratégia de crescimento da Companhia, o resultado líquido da Will CFI foi de um lucro de R\$47,8 milhões no ano de 2021 para um prejuízo de R\$15 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Este resultado negativo é decorrente principalmente do aumento do custo de captação, ligado diretamente ao aumento da taxa básica de juros e das despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como dos investimentos realizados na estrutura administrativa da companhia, necessários para sustentar tanto o crescimento operacional atual, quanto dos próximos períodos.

A despeito do resultado negativo descrito anteriormente e evento subsequente descrito em Nota 20 às demonstrações contábeis, a Companhia atendia em 31 de dezembro de 2022 e na data de aprovação destas Demonstrações Contábeis os requerimentos de capital regulatório mínimo.

Nesse contexto, a Administração do Grupo will vem trabalhando em uma série de iniciativas para o fortalecimento do capital de sua controladora e de sua liquidez no curto prazo, dentre as quais elencamos as principais iniciativas: (i) identificação de oportunidades e ganhos de eficiência operacional, com visível redução de custos operacionais já no primeiro trimestre de 2023, (ii) maior controle de custos, despesas e implementação de processos de acompanhamento de metas, (iii) revisão dos critérios e premissas no compartilhamento de custos e receitas entre as entidades do grupo will, objetivando a adequada remuneração dos serviços prestados e atribuição de custos e despesas administrativas condizentes com suas operações, (iv) redefinição de projetos prioritários e (v) implementação de processo para novo aporte de capital, inclusive com compromisso de suporte financeiro dos atuais controladores.

O processo para um novo aporte demandou a atualização do plano de capital do Grupo will o qual tem como objetivo preparar a Will Pagamentos a cumprir com suas obrigações de capital no curto, médio e longo prazo, contribuindo com a manutenção da saúde financeira da instituição.

Adicionalmente, o Grupo will conta com aproximadamente dez instituições financeiras parceiras renomadas para captação de recursos de terceiros via depósitos a prazo, por meio da Will CFI, considerando limites atualmente disponíveis para novas captações com objetivo de agregar na manutenção dos níveis adequados de caixa e liquidez.

A Administração vem envidando esforços contínuos para garantir a continuidade operacional da Will Pagamentos e acredita que as iniciativas descritas anteriormente serão bem-sucedidas, as quais associadas com o crescimento operacional e alinhadas com uma estrutura corporativa já desenvolvida, objetivam trazer maior retorno financeiro nos próximos períodos. Portanto, a Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade às suas operações e cumprir com as suas obrigações nos prazos de vencimentos contratados. Com base nessa conclusão, essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas baseadas no pressuposto da continuidade operacional.

Ao longo dos últimos anos os acionistas da Companhia realizaram os aportes necessários para o cumprimento de todas as obrigações legais e regulatórias, com destaque o aporte de R\$250 milhões realizado em parceria pelos fundos geridos pelo Private Equity da XP e pela gestora Atmos Capital, duas das maiores gestoras do país.

Adicionalmente, a Administração declara, conforme requerido pela Circular BACEN 3068, sua intenção e capacidade financeira da Companhia para manutenção dos títulos destacados em nota explicativa 6 às demonstrações contábeis até os seus vencimentos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 07 de julho de 2020 e Resolução BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Financeira, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis, aprovados pelo BACEN, sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	BACEN 2/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	BACEN 2/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	BACEN 2/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Resolução CMN nº 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Resolução CMN nº 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Resolução CMN nº 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021

A resolução dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Companhia tem como expectativa a inclusão das práticas contábeis sobre Instrumentos Financeiros conforme disposto na Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021.

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento iniciou a avaliação dos impactos de adoção os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 77 desta Resolução, bem como elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 76.

A Will Financeira realizou a análise do normativo e mapeou diversos processos impactados. O ciclo de vida do plano, parte do mapeamento e definições, seguindo para modelagem e implementação, finalizando na gestão.

- I. Mapeamento: levantamento estratégicos dos times envolvidos; sistemas que serão impactados; e do gerenciamento dos riscos envolvidos.
- II. Definições: atualização dos critérios para alocação em estágios e baixa em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- III. Modelagem: elaboração da metodologia de taxa de juros efetivas para os instrumentos financeiros; da metodologia para cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; seguindo os termos da Resolução BCB nº 309 de 28/03/2023.
- IV. Implementação: estruturação da informação, homologação, teste e implementação dos critérios para alocação em estágios e baixa do ativo quando sua recuperação for julgada improvável; ajustes tributários; parâmetros de riscos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e consolidação da informação para contabilização, tributação, reportes e gestão.

A elaboração do plano considerou às informações disponíveis até o momento de sua confecção, adotando como premissas expectativas e necessidades de publicações de leis e normas específicas sobre determinados temas, dentre os quais destacamos: o novo plano de contas contábil, o detalhamento da metodologia a ser adotada para classificação dos instrumentos financeiros e o estabelecimento de parâmetros para mensuração da perda associada ao risco de crédito.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 15 de junho de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Reapresentação das Demonstrações Comparativas relativas ao exercício de 2021

A Companhia alterou a apresentação de suas demonstrações financeiras com o objetivo de retificar erro na alocação dos saldos de rateio de despesas de 2021, bem como nas alocações de saldos entre reservas do patrimônio líquido.

Balanço Patrimonial

	<u>2021 - Publicado</u>	<u>2021 - Reapresentado</u>
Reservas de Capital	57.495	-
Reservas de lucro	2.395	59.890

Demonstração do Resultado

	<u>2021 - Publicado</u>	<u>2021 - Reapresentado</u>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(50.462)	(19.994)
Receita de prestação de serviço	278	42.502
Despesa de pessoal	(6.916)	(9.650)
Outras Despesas administrativas	(34.907)	(42.082)
Outras receitas e despesas operacionais	1.195	(651)
Resultado antes de tributos e participações	91.165	81.256
Resultado Líquido	57.802	47.893
Lucro (Prejuízo) líquido por ação (em reais)	(0,19)	(0,16)

<i>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</i>	2021 - Publicado	2021 - Reapresentado
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício	57.802	47.893
Resultado Abrangente do semestre e exercício	57.802	47.893
Reservas de capital - 31/12/2020	11.998	–
Reservas de capital - 31/12/2021	57.496	–
Reservas de lucro - 31/12/2020	–	11.998
Reservas de lucro - 31/12/2021	–	57.496

<i>Demonstração dos fluxos de caixa</i>	2021 - Publicado	2021 - Reapresentado
Resultado líquido do Semestre/Exercício	57.802	47.893
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Reversão de reserva para rateio de despesas do 1º sem	(9.909)	–
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento	240.091	250.000

3. Principais práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Financeira são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações pactuadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores negociados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Disponibilidade

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii) Títulos disponíveis para venda

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é definido como maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

Entendemos que existe apenas uma unidade geradora de caixa na Companhia, considerando o modelo de negócio no qual nossos clientes precisam adquirir um cartão de crédito para ter acesso aos produtos do Grupo Will.

Não foram identificados eventos subsequentes ou circunstâncias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que levassem ao reconhecimento de perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

g) Operações de Crédito/Provisão para Perdas

São concedidas de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição e classificadas em nove níveis de risco de "AA" até "H". A Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, considerando o provisionamento mínimo requerido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As operações que estão classificadas no nível "H" podem ser cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Recupera (FIDC), sendo que essas cessões são efetuadas sem coobrigação e registradas com conformidade com a Resolução 3.533 do CMN que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Financeira.

i) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

l) Letras de Câmbio

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidas dos encargos incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano. A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 28.04.2022 foi publicada a medida provisória (MP) n° 1.115, convertida em Lei n° 14.446, que alterou a Lei n° 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 16%, até 31.12.2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1° do art. 1° da Lei Complementar n° 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1° dia do 4° mês subsequente ao de sua publicação.

n) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Financeira entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
- Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

p) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto.

q) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Will Financeira é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício aplicável.

r) Resultados recorrentes/não correntes

Conforme definido pela Resolução BACEN nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o exercício de 2022 não foram identificados resultados não recorrentes.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e valor justo de instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado e intangível levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de Crédito

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto leva-se em consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

Disponibilidades	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários	–	517
Reservas Livres	1	10.724
	1	11.241
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (i)		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	1.511	–
LTN - Letras do Tesouro Nacional	50.000	163.899
NTN - Notas do Tesouro Nacional	120.001	–
	171.512	163.899
Total	171.513	175.140

- (i) Operações compromissadas em letras do tesouro com alta liquidez, sem restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Compromissada - Posição Bancada	13.772	24.259	5.752
Aplicação em Depósito Interfinanceiro	5	129	190
Total	13.777	24.388	5.942

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais integrantes da carteira própria da Will Financeira e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para negociação e podem ser assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mantidos até o vencimento (a)	113.844	101.361
Títulos Dados em Garantia em Arranjo de Pagamento	113.844	101.361
Para negociação	272.975	270.794
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	272.255	270.466
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Marcação a mercado)	720	328
Total	386.819	372.155
Circulante	272.975	270.794
Não circulante	113.844	101.361

- (a) São compostos por Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de repasses, conforme determinado pela Resolução BACEN/DC nº 80 de 25 de março de 2021. São ativos que possuem alta liquidez no mercado

b) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

	31/12/2022			31/12/2021	
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor Contábil	Valor Contábil
Mantidos até o vencimento					
Títulos Dados em Garantia em Arranjo de Pagamento	–	52.585	61.259	113.844	101.361
Para negociação					
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	256.286	9.924	6.765	272.975	270.794
Total	256.286	62.509	68.024	386.819	372.155

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de Títulos de Renda Fixa	19.146	35.449	5.732
Total	19.146	35.449	5.732

7. Operações de Crédito

Estão representadas por operações geradas majoritariamente através do financiamento de operações adimplentes de cartão de crédito da Will Pagamento com remuneração pactuada a taxas pré-fixadas.

a) Composição das Operações de Crédito por rating

Nível de Risco	31/12/2022	31/12/2021
	Carteira	Carteira
AA	2.559	–
A	445.727	307.219
B	149.214	96.773
C	187.139	62.090
D	165.355	64.618
E	131.382	62.274
F	135.922	58.359
G	146.926	55.584
H (*)	15.341	–
Total Geral	1.379.565	706.917
Circulante	1.367.387	693.282
Não Circulante	12.178	13.635

(*) Em nosso processo de definição de cessão de crédito, da carteira vencida a mais de 180 dias ao FIDC, detalhada na nota explicativa 3 g), realizamos uma série de revisões de qualidade dos saldos contidos nessa faixa para avaliar se o crédito deveria ser incluído na cessão. Em alguns casos, parte do montante precisa ser represado para maiores análises e, portanto, podemos ter saldos registrados em H temporariamente.

b) Composição das Operações de Crédito por vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
Curso Normal	447.215	307.218
Parcelas vencidas	60.811	40.131
Até 14 dias	60.811	40.131
Parcelas a vencer	386.404	267.087
Até 3 meses	349.915	254.211
3 a 6 meses	20.624	9.298
6 a 12 meses	10.641	2.919
Acima de 12 meses	5.224	659
Curso Anormal	932.350	399.699
Parcelas vencidas	737.376	296.718
Até 14 dias	35.887	12.805
Acima de 14 dias	701.489	283.913
Parcelas a vencer	194.975	102.981
Até 3 meses	151.317	82.939
3 a 6 meses	22.237	11.545
6 a 12 meses	14.468	6.077
Acima de 12 meses	6.953	2.420
Total	1.379.565	706.917

c) Resultado das Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito são advindas da apropriação de juros da carteira de crédito no montante de R\$ 1.235.752 (R\$ 701.515 em dezembro de 2021).

d) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco

Conforme facultado na Resolução CMN nº 2.682/99, por se tratar de operações com valor abaixo de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), essas operações são inicialmente classificadas no nível de risco "A", sendo reclassificadas para níveis de risco "B" até "H" em decorrência da eventual inadimplência verificada nesses contratos.

A provisão para perdas com carteira de crédito é constituída sobre o saldo da carteira das operações de crédito, o mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

Os saldos contábeis das operações de crédito, considerando os níveis estabelecidos em função da política de provisionamento, ficaram assim segregados:

Nível de Risco	31/12/2022	31/12/2021
	PDD Total	PDD Total
A	(3.373)	(1.535)
B	(1.768)	(968)
C	(15.340)	(1.863)
D	(20.961)	(6.462)
E	(39.789)	(18.682)
F	(69.322)	(29.180)
G	(105.921)	(38.909)
H	(15.341)	–
Total Geral	(271.814)	(97.599)

Além da provisão apresentada acima, a companhia realizou um estudo adicional para inclusão das informações contidas no FIDC Recupera, que participa de nosso conglomerado econômico, cumprindo os requisitos de arrasto da classificação de riscos das operações prevista pela Resolução CMN nº 2.682/99, gerando uma provisão complementar de R\$ 20.374.

e) Movimentação Provisão para Perdas com Carteira de Créditos

Saldo em 31/12/2020	32.842
Constituição de PDD por rolagem e novas operações	209.188
(-) Reversão por liquidação das operações	(29.572)
(-) Cessão da carteira para o FIDC	(135.963)
Saldo em 30/06/2021	76.495
Constituição de PDD por rolagem e novas operações	373.283
(-) Reversão por liquidação das operações	(51.681)
(-) Cessão da carteira para o FIDC	(300.498)
Saldo em 31/12/2021	97.599
Constituição de PDD por rolagem e novas operações	556.657
(-) Reversão por liquidação das operações	(106.521)
(-) Cessão da carteira para o FIDC	(383.073)
Saldo em 30/06/2022	164.662
Constituição de PDD por rolagem e novas operações	727.938
(-) Reversão por liquidação das operações	(49.819)
(-) Cessão da carteira para o FIDC	(570.967)
Saldo em 31/12/2022	271.814

f) Créditos Renegociados

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Renegociados no Período	229.904	111.147
Baixas por Cessão ao FIDC	954.040	436.461
Total	1.183.944	547.609

8. Outros Créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Antecipação de transação de pagamento pós-pago (a)	1.508.874	931.166
Créditos a receber Will Pagamento (b)	237.752	252.718
Devedores Diversos no País (c)	68.325	7.422
Títulos e Créditos a receber (d)	65.222	33.931
Valores a receber - FIDC Recupera (e)	36.061	3.298
Impostos e Contribuições a Compensar (f)	4.051	13.696
Despesas Antecipadas	1.954	318
Total	1.922.239	1.242.548
Circulante	1.919.501	1.242.548
Não Circulante	2.738	–

(a) Antecipação de Transação de pagamento pós pago: está representado por direitos de crédito decorrentes de antecipação de recebíveis de transação de pagamento pós-pago com deságio junto à Will Pagamento, e representadas por compras autorizadas de cartão de crédito (carteira não vencida), cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis. Tais operações serão convertidas em operações de crédito somente se as pessoas físicas titulares dos cartões de crédito atrasarem ou parcelarem o pagamento de suas respectivas faturas mensais.

(b) Estão representados por valores a receber da Will Pagamento em decorrência dos valores faturados de operações de créditos a receber, a serem liquidados financeiramente nos meses subsequentes ao balanço.

(c) Referem-se substancialmente a valores a receber decorrentes de transações de clientes ainda não repassados para a Will Financeira.

(d) Representado por direitos de crédito decorrentes de antecipação de recebíveis de transação de pagamento pós-pago com deságio junto à Avista Cartões, cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis

(e) Estão representados pelas operações de cessão de crédito a serem recebidas do FIDC Recupera.

(f) Valores referentes à impostos e contribuições a compensar, sendo saldo majoritariamente composto por saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores e outros tributos.

9. Imobilizado de Uso

	31/12/2021	2022		
	Saldo Contábil	Depreciação	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Móveis e Equipamentos de Uso	3	(1)	3	2
Sistema de Comunicação	10	(4)	10	6
Total	13	(5)	13	8

10. Intangível

	31/12/2021	2022		
	Saldo Contábil	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Líquido
Marcas	1	–	–	1
Desenvolvimento Interno	2.411	(2.360)	2.410	51
Total	2.412	(2.360)	2.410	52

11. Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites

a) Segregação de depósitos por prazo de vencimento

Representados por Depósitos a prazo que estão registrados pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço, para os depósitos pós-fixadas são remunerados de 96% a 160% da taxa CDI (taxa média de 123%) e os pré-fixados remunerados nas taxas pactuadas, em torno de 12,27%a.a..

	31/12/2022			31/12/2021		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	787.185	750.809	1.537.994	269.046	569.936	838.982
Pós-fixados	134.010	866.135	1.000.145	61.376	200.200	261.576
Total	921.195	1.616.944	2.538.139	330.422	770.136	1.100.558

b) Segregação de Recursos de Aceites por vencimento

Representados por Letras de Câmbio ("LC") emitidas, são captadas com base em taxas pós-fixadas e são remuneradas de 108,7% a 160% da taxa CDI (taxa média de 129%) e as pré-fixadas remuneradas na taxa pactuada, entre 4,54%a.a. a 15,39%a.a (taxa média de 8,95%a.a.), e estão registradas pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	127.105	325.328	452.433	81.192	412.987	494.179
Pós-fixados	122.503	166.547	289.050	133.989	247.516	381.505
Total	249.608	491.875	741.483	215.181	660.503	875.684

c) Despesas de Juros

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Depósitos a Prazo	139.197	220.408	52.507
Aceites Cambiais	47.734	92.742	64.274
Outros	4.574	7.361	3.538
Total	191.505	320.510	120.319

12. Outras Obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos	6.893	1.301
IOF s/ operações	6.893	1.301
Fiscais e Previdenciárias	43.842	26.301
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	41.373	25.412
Passivo Fiscal Diferido	288	131
PIS e COFINS	1.939	677
Outros	242	81
Diversas	39.516	67.472
Despesa de Pessoal	141	211
Provisão para Passivo Contingente	-	24
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	31.332	28.789
Credores diversos - Pais (1)	8.043	38.448
Total	90.251	95.074
Circulante	89.963	94.942
Não Circulante	288	131

(1) Estão representados por saldos a pagar para a fornecedores, em decorrência dos valores faturados de débitos a pagar.

13. Instrumentos de Dívida Elegível a Capital

Estão representadas por Letras Financeiras com cláusula de subordinação (LFS), com vencimento previsto para 31 de julho de 2028, elegíveis para compor o nível II do Patrimônio Líquido de Referência da Will Financeira, conforme autorização do Banco Central do Brasil. O saldo contábil de 31 de dezembro de 2022 está representado pelo valor de captação de R\$ 12.500, acrescidos da remuneração equivalente a 105% do CDI, sendo R\$ 16.440, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2022 (R\$ 14.545 em 31 de dezembro de 2021).

14. Tributos

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(32.616)	(23.788)	81.256
Participações no Lucro	(22)	(50)	(54)
Resultado antes dos Impostos	(32.638)	(23.837)	81.202
Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	13.055	9.535	(32.482)
Despesas Indedutíveis	(15)	(60)	–
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (1)	(2.478)	(710)	(853)
Adicional de IRPJ	12	24	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.574	8.790	(33.311)
Impostos Correntes	(32.123)	(60.633)	(41.149)
Impostos Diferidos	42.697	69.422	7.839

(1) Majoração da alíquota da CSLL para 16% impactando a contribuição diferida, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

b) Despesas Tributárias

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
PIS	1.203	2.221	2.411
COFINS	7.404	13.670	14.840
Outras Despesas Tributárias	40	81	144
Atualização de Impostos a Recuperar	(123)	(244)	(7.937)
Total	8.524	15.728	9.457

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Estão representados por créditos tributários constituídos majoritariamente sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para crédito de liquidação duvidosa. Os créditos tributários e passivo fiscal diferido foram refletidos na demonstração do resultado do semestre e constituídos com base na alíquota vigente na data da expectativa de realização dos créditos, calculados sobre a seguinte base:

c.1 Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	113.843	39.040
Outras provisões	1.662	133
Total dos créditos sobre diferença temporária	115.505	39.173
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	–	6.753
Total IR e CS diferidos ativo	115.505	45.926

c.2 Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(288)	(131)
Total IR e CS diferidos passivo	(288)	(131)

d) Expectativa de Realização e Valor Presente dos Tributos Fiscais Diferidos

O valor presente dos tributos fiscais é de R\$ 98.230, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Realização do Crédito Tributário				Valor Contábil Total	Valor Presente Total
	IRPJ		CSLL			
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa		
2023	72.191	-	43.314	-	115.505	101.543
Total	72.191	-	43.314	-	115.505	101.543

15. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Capital Social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, de propriedade de domiciliados no país, representados por 300.000 (trezentos milhões) de ações, sem valor nominal, sendo 275.000 (duzentas e setenta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 25.000 (vinte e cinco milhões) de ações preferenciais nominativas, sem direito a voto.

Em 09 de dezembro de 2019, a Will Financeira deliberou pelo aumento de capital social da Companhia, em moeda corrente, no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), passando o capital social da Sociedade de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais) para R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 10.000 (dez milhões) de novas ações, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo 5.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 5.000 (cinco milhões) de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto. O aumento de capital social foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de agosto de 2020.

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$ 250 milhões na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária de 24,9%. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento a controladora da Will Holding e Will Financeira. Em 15 de setembro de 2021 foi realizado um aumento de capital na Will Financeira no valor total do investimento efetuado na Will Pagamento, ou seja, R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. Em 29 de Junho de 2022 o processo de homologação do aumento de capital do BACEN, foi aprovado por meio do Ofício 12998/2022-BACEN.

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

As reservas de capital destinam-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

Dividendos

O artigo 26º do Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, serão destinados (i) 5% para a constituição da Reserva Legal, até que se alcance 20% do capital social; (ii) 25% para dividendos aos acionistas; e (iii) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral. Todavia, o art. 27º também prevê que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

16. Outras despesas operacionais

a) Receita de Prestação de Serviço

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Tarifa Interbancária	79	132	278
Transferência de Antecipação de Recebíveis	143.222	204.010	42.224
Total	143.301	204.142	42.502

b) Despesa de Pessoal

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	9.346	15.181	6.674
Benefícios	1.361	1.774	531
Encargos sociais	3.679	5.673	2.343
Outros	1.172	1.289	102
Total	15.558	23.917	9.650

c) Outras Despesas Administrativas

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços Técnicos Especializados (*)	24.636	38.491	23.180
Serviços financeiros	877	1.999	1.961
Depreciação e amortização	302	605	655
Publicidade e Propaganda (**)	47.533	78.846	7.674
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	8.311	13.426	4.107
Contingências	–	244	60
Outros	2.705	3.960	5.101
Total	84.364	137.571	42.736

(*) Referem-se substancialmente a serviços terceirizados de cobranças contratados pela Will Financeira.

(**) Esses saldos representam o projeto dos embaixadores contratados durante o ano de 2022, e despesas atreladas à divulgação da marca Willbank.

d) Outras Receitas e Despesas Operacionais

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de Encargos e Despesas	25	25	2.613
Descontos concedidos	–	–	(125)
Perdas com riscos operacionais	(1.448)	(1.448)	(550)
Outros	(793)	(913)	(2.589)
Total	(2.216)	(2.336)	(651)

17. Operações de Venda ou de Transferência de ativos financeiros

O resultado de venda ou de transferência de ativos financeiros, líquido da taxa de desconto de deságio, corresponde às cessões efetuadas ao FIDC ao longo do exercício de 2022 é de R\$ 849.121 (R\$ 428.826 em dezembro de 2021).

18. Partes Relacionadas

	2022			
	Will Pagamento	FIDC Recupera	Will Produtos	Total
Ativo	1.758.654	36.061	-	1.794.715
Créditos a Receber	237.752	-	-	237.752
Valores a Receber	-	36.061	-	36.061
Antecipação de transação de pagamento pós-pago	1.520.902	-	-	1.520.902
Passivo	(30.915)	(70.618)	(538)	(102.072)
Depósitos a Prazo	-	(54.178)	-	(54.178)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(8.476)	-	-	(8.476)
Credores diversos - Pais	(22.439)	-	(538)	(22.977)
Letras Financeiras	-	(16.440)	-	(16.440)
Receitas (Despesas)	135.503	(849.121)	-	(713.618)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(849.121)	-	(849.121)
Resultado Antecipação de Recebíveis	135.503	-	-	135.503

	2021		
	Will Pagamento	FIDC Recupera	Total
Ativo	1.193.305	3.298	1.196.603
Devedores Diversos no País	14	-	14
Créditos a Receber	251.772	-	251.772
Valores a Receber	-	3.298	3.298
Antecipação de transação de pagamento pós-pago	941.519	-	941.519
Passivo	(61.373)	(71.382)	(132.754)
Depósitos a Prazo	-	(56.837)	(56.837)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(28.789)	-	(28.789)
Credores diversos - Pais	(32.584)	-	(32.584)
Letras Financeiras	-	(14.545)	(14.545)
Receitas (Despesas)	-	(427.863)	(427.863)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	(427.863)	(427.863)

Remuneração a Administração

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Honorários de diretores e conselheiros	1.172	1.278	2.970

19. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Gerenciamento do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito pela Will Financeira está ligada à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de crédito, envolvendo títulos, valores mobiliários ou aplicações interfinanceiras. Fundamentada na Resolução CMN nº 4.557/2017, a companhia dispõe de política de concessão de crédito, realizando operações de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes das suas coligadas ("Instituição de Pagamento").

O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura da exposição ao Risco de Crédito é realizado mediante a abordagem padronizada - RWACPAD.

b) Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas de juros em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da instituição. Nossas aplicações de recursos em operações de crédito estão sendo pactuadas com remuneração de taxas pré-fixadas e as captações através de Depósito a prazo, na sua maioria, por taxas pré-fixadas. O monitoramento de eventos externos que pudessem impactar os fluxos de caixas futuros e a nossa rentabilidade são continuamente acompanhados pela Will Financeira. Os eventuais impactos na necessidade de capital para a cobertura da exposição aos riscos de mercado são monitorados através de sistema informatizado, onde são simuladas as situações de estresse. Um fator relevante de mitigação de riscos é o prazo médio de vencimento dessas operações, onde aproximadamente 90% vencem a partir de um ano após o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, enquanto o giro das operações de crédito, em sua maioria é menor que este prazo, o que nos permitiria adotar eventuais medidas de proteção contra uma eventual e futura elevação de taxas de juros. Outro mitigador importante é o fato da Will Financeira não manter operações classificadas na carteira de negociação.

Conforme Circular 3.876/2018 e a Resolução BACEN 48/2020, instituídos a partir de jan/22, a instituição utiliza metodologias e procedimentos para avaliar a suficiência do valor do Patrimônio de Referência mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB).

c) Gerenciamento do Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Conforme facultado na Circular nº 3.640/13, a Will Financeira calcula a parcela para a cobertura da exposição a esse risco pelo método da Abordagem do Indicador Básico. No período entre o início das atividades e o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, não foram registradas perdas materiais decorrentes de eventos relacionados à risco operacional.

d) Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e esta política tem o objetivo de garantir recursos suficientes para suas obrigações de curto prazo tendo como caixa mínimo, manter o volume do maior repasse do mês de nossa operação de cartão de crédito, repasse este que é sempre maior que qualquer outra saída de caixa da companhia. Além disso, a Will Financeira avalia de forma recorrente possíveis cenários de estresse e seus impactos nos índices de liquidez. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. Bem como garantir as captações junto ao mercado, para garantir a operação e a rolagem de dívida contraída no passado.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basileia, e nas melhores práticas sugeridas pelo *Institute of International Finance no Principles of Liquidity Risk Management*, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição.

e) Gerenciamento de Capital

Visa o monitoramento, o controle e avaliação da necessidade de capital face à exposição a riscos, ao planejamento de metas e os objetivos estratégicos da instituição. A Will Financeira, além de monitorar a necessidade de capital, adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado ou no planejamento estratégico.

e.i Requerimento Mínimo de Capital

No período de agosto de 2022, a Will IP foi homologada pelo Bacen, porém nesse momento a Will CFI ainda era a instituição líder do conglomerado Will. Em vista, a configuração societária e operacional do conglomerado Will, além dos benefícios regulatórios decorrentes da nova classificação de tipo, houve o pedido para alteração da instituição líder do conglomerado prudencial para a Will IP em substituição a Will CFI. O pleito desta alteração foi deferido em 09/2022.

Neste novo contexto de grupo e organização societária, com a Will IP na liderança, o conglomerado Will ficou desobrigado a reportar os requerimentos mínimos de capital e a apuração do PR, por estas não serem aplicáveis às instituições de pagamento conforme Art. 1º, parágrafo único, inciso I da Resolução CMN 4.955/21 e com a mesma capitulação (Art. 1o, parágrafo único, inciso I) da Resolução CMN nº 4.958/21.

Com relação à Will CFI, por se tratar de instituição financeira e que não exerce mais a liderança do conglomerado prudencial, o reporte de tais informações começou a ser informado com base no balancete individual da instituição.

Por fim, a Instituição voltará a reportar as informações de Basileia com base nos dados dos balancetes e balanços do conglomerado prudencial a partir de julho de 2023 conforme Resolução BACEN nº 258/22 em virtude da vigência das novas regras prudenciais para as instituições de pagamento

e.ii Composição do Índice de Basileia

Em decorrência do Acordo de Basileia III, observadas as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão obrigadas a manter o Patrimônio de Referência (PR) compatível com a exposição aos riscos superior ao requerimento mínimo de 8% da relação entre o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e mais o Adicional de Capital Principal que corresponde a 2,5% do RWA.

O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelo Nível I e pelo Nível II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal e Capital Complementar e o Nível II composto por instrumentos de dívida subordinada. A Will Financeira compõe em seu Nível I apenas de Capital Principal (basicamente Capital Social Reservas de Capital e Lucros) além dos respectivos ajustes prudenciais. Já em seu Nível II, possui um instrumento de dívida subordinada que é composto por uma Letra Financeira Subordinada.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) são apurados conforme a soma da parcela dos riscos de crédito, mercado e operacional. A Will Financeira utiliza abordagens padronizadas para o cálculo em consonância à regulamentação em vigor.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do Índice de Basileia:

	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio de Referência	361.280
PR Nível 1	344.840
Capital Principal	344.840
PR Nível 2 (Nota 13)	16.440
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	3.450.863
RWACPAD	2.476.707
RWAOPAD	974.156
Índice de Basileia	10,63%
PR Mínimo	276.069
Margem PR	85.211

20. Evento Subsequente

Em janeiro de 2023 a Will Financeira sofreu o desenquadramento do Índice de Basileia ("IB"), atingindo 8,68%, superior ao mínimo de 8% exigido pelas normas aplicáveis à instituição, porém inferior aos 10,5% quando considerado os 2,5% de Adicional de Capital Principal ("ACP"). Para o enquadramento da Will Financeira ser realizado, foi necessário efetuar um plano de regularização, que envolveu o aumento de capital na Will Financeira através da Will Pagamento (via Will Holding). Os recursos vieram do FIDC NP Recupera ("FIDC"), parte do Conglomerado Prudencial Will, mediante o direcionamento dos recursos para realizar o aumento de capital na Will Financeira. O aumento de capital foi realizado em 29/05/2023, no importe de R\$ 70 milhões, e encontra-se aguardando aprovação do BACEN.

will 
BANK